

## PROTOCOLO LUSO-BRASILEIRO DE CO-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA

O Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro foi assinado, em 03 de Fevereiro de 1981, com o propósito de promover e desenvolver a actividade cinematográfica entre os dois países.

Ao abrigo do mesmo Acordo, e correspondendo à vontade de concretizar as relações cinematográficas entre os dois países, a Secretaria para o Desenvolvimento do audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil e o Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual, designado abreviadamente por IPACA, estabeleceram um Protocolo, assinado em Gramado, em 12 de Agosto 1994.

Este Protocolo foi atualizado em seus termos, devido a necessidades de atualizações tecnológicas no âmbito da produção cinematográfica, em Lisboa, Portugal, a 24 de Abril de 1996, e depois em Buenos Aires, Argentina, a 17 de julho de 2007.

Considerando a necessidade de ajustes na execução do Protocolo assinado em Buenos Aires, as mesmas partes nele outorgantes decidem estabelecer um novo Protocolo.

Assim, entre

**O INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, IP**, neste acto representado pela sua Presidente do Conselho Diretivo, Filomena Serras Pereira,

E

**A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, neste acto representada pelo seu Director Presidente, Manoel Rangel,

é celebrado o presente Protocolo que se rege nos termos e pelo seguinte clausulado:

### I OBJECTO

São objecto do presente Protocolo os filmes de longa metragem de ficção, animação e documentários, cujo destino prioritário seja o mercado das salas de exibição cinematográfica, admitidos ao regime de co-produção previsto no Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, (denominado Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro) aprovado pelo Decreto n.º 48/81, de 21 de Abril, em Portugal e no Brasil pelo Decreto n.º 91.332/85, de 14 de Junho de 1985.

### II APOIO FINANCEIRO

1. O apoio financeiro atribuído no âmbito do presente Protocolo reveste exclusivamente a modalidade de subsídio a fundo perdido.
2. As partes signatárias estabelecem conjuntamente os limites do apoio financeiro a atribuir em cada ano, nomeadamente o valor máximo a atribuir por projecto nas co-produções minoritárias.



### III CO-FINANCIAMENTO

1. As partes signatárias comprometem-se a co-financiar os projectos aprovados ao abrigo do presente Protocolo.

2. Em desenvolvimento do determinado no número 1, estabelece-se o seguinte:

2.1. As partes signatárias comprometem-se a co-financiar, anualmente, quatro filmes, dos quais pelo menos dois são maioritariamente brasileiros e dois maioritariamente portugueses.

2.2. A realização ou direcção e a produção destes filmes devem ser asseguradas por realizadores ou directores e produtores portugueses e brasileiros, do seguinte modo:

- a) Dois filmes cujo realizador seja português, de iniciativa e responsabilidade de produtor português, detentor da participação financeira maioritária;
- b) Dois filmes cujo director seja brasileiro, de iniciativa e responsabilidade de produtor brasileiro detentor da participação financeira maioritária;

2.3. Por filme, entende-se longas-metragens de ficção, animação e documentários cinematográficos.

2.4 Os recursos financeiros do co-financiamento serão atribuídos por cada País aos co-produtores minoritários de cada projecto ou seja, para os filmes de realizadores portugueses a Agência Nacional do Cinema – ANCINE atribuirá o financiamento estabelecido ao abrigo do presente Protocolo ao co-produtor minoritário brasileiro; e, para os filmes de realizadores brasileiros, o Instituto do Cinema e do Audiovisual – ICA atribuirá o financiamento estabelecido ao abrigo do presente Protocolo ao co-produtor minoritário português.

2.5 Unicamente são admitidos aos benefícios do presente Protocolo os produtores portugueses que se encontrem devidamente inscritos no Registo de Empresas Cinematográficas e Audiovisuais mantido pelo ICA.

3. Nos termos e para os efeitos do Art. V do Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro, referido na Cláusula I do presente Protocolo, fica estabelecido que a participação do co-produtor minoritário será, no mínimo, de 20%.

### IV COMISSÃO ESPECIALIZADA

1. A selecção definitiva dos projectos a co-financiar em cada ano compete a uma Comissão Especializada formada por dois representantes de cada país que reúne, alternadamente, em cada um dos países.

2. Cada uma das partes signatárias propõe a homologação da designação dos respectivos representantes na Comissão Especializada ao Membro do Governo competente.





3. O mandato dos membros que compõem a Comissão Especializada tem a duração de um ano renovável, tácita e sucessivamente, por igual período de tempo, se nenhuma das partes o denunciar.

4. A Presidência da Comissão Especializada é exercida, alternadamente, e pelo período de um ano por um dos países, escolhida de entre um dos representantes da Comissão Especializada.

## **V SELECÇÃO DOS PROJECTOS**

1. A selecção de projectos mencionada no número 1 da Cláusula IV obedece ao seguintes critérios:

a) Relevância do projecto do ponto de vista das relações culturais entre os países envolvidos;

b) Qualidade técnica e artística do projecto;

c) Relevância da participação técnica e artística nacional do País minoritário na co-produção.

## **VI FORMALIDADES DA DELIBERAÇÃO DE SELECÇÃO DE PROJECTOS**

A eficácia da deliberação da Comissão Especializada relativa à selecção dos projectos escolhidos no âmbito e para o efeito do presente Protocolo fica sujeita à homologação das respectivas entidades de tutela das partes signatárias e às demais formalidades legais vigentes em cada um dos Países.

## **VII ACORDO DE APOIO FINANCEIRO**

1. Cumpridas as formalidades referidas na cláusula anterior, as partes signatárias celebram com os produtores brasileiros ou portugueses dos projectos seleccionados um acordo de apoio financeiro.

2- O acordo de apoio financeiro referido no número anterior respeita as condições de pagamento estabelecidas na regulamentação aprovada por cada uma das partes signatárias, nos termos previstos na cláusula X do presente Protocolo.

3. Os produtores beneficiários do apoio financeiro deverão prever a execução de 03 (três) cópias síncronas do filme apoiado, destinadas à exibição deste no País do produtor minoritário.

## **VIII SANÇÕES**

1. As partes signatárias comprometem-se a impor sanções às produtoras que não cumprirem com o acordo de apoio financeiro firmado.

2. As sanções serão as previstas pelas entidades signatárias nos respectivos textos regulamentares e legislação vigente.

## **IX ARBITRAGEM**

1. As partes signatárias comprometem-se a aceitar a utilização de Câmaras de Arbitragem na resolução de litígios decorrentes de contratos de co-produção firmados pelas produtoras brasileiras e portuguesas.

2. Os contratos de co-produção firmados pelas produtoras poderão conter cláusulas compromissórias que submetam a solução do litígio às Câmaras de Arbitragem.

## **X REGULAMENTAÇÃO**

As normas constantes do presente Protocolo serão regulamentadas pelas partes signatárias em instrumentos próprios, consoante a legislação vigente em cada país.

## **XI ENTRADA EM VIGOR**

1. O presente Protocolo passará a vigorar a partir da data de sua assinatura.

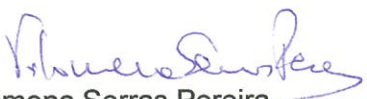
2. O presente Protocolo poderá, se as partes signatárias assim acordarem, ser revisto no prazo de um ano a contar da sua entrada em vigor.

## **XII REVOGAÇÃO**

É revogado o Protocolo assinado pelas partes signatárias em Buenos Aires, Argentina, a 17 de Julho de 2007.

Feito em dois originais.

Assinado em Berlim, em 11 de fevereiro de 2014.

  
Filomena Serras Pereira  
Presidente do Conselho Diretivo  
Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP

  
Manoel Rangel  
Director Presidente  
Agência Nacional do Cinema - ANCINE